

O RIO DE JANEIRO IMPERIAL: AS VÁRIAS FACES DA ESCRAVIDÃO URBANA

Rodrigo Wantuir Alves de Araújo
Graduando do curso de História - UFRN
Orientadora: Prof^a Dr^a Carmen Margarida Oliveira Alveal

RESUMO

O cotidiano e os costumes do escravismo na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império brasileiro, será abordado com base em trechos e relatos de viajantes bem como por meio das telas de Debret e Rugendas compreendendo assim, informações relevantes para a construção da história do Brasil. As várias faces da escravidão revelam muitas informações e histórias que podemos encontrar sobre a relação entre senhor e escravo; os variados trabalhos e ofícios; os cenários e as paisagens; a atuação dos negros no momento em que contestavam a sua posição e reivindicavam melhorias, e não se constituíam apenas como uma massa passiva, nos permitir um olhar mais crítico e contextualizado. Além disso, é uma abordagem necessária e é uma das questões atuais na historiografia brasileira.

Palavras-Chave: Ensino de História; Iconografia; Escravidão; Historiografia Brasileira.

O trabalho escravo foi um traço marcante no Brasil Colonial em que houve grande participação dos negros. Nas colônias portuguesas, como foi o caso do Brasil, o trabalho manual teve uma conotação de que os indivíduos responsáveis por tais realizações eram inferiores, por isso eram de competências dos negros, sobretudo, o trabalho escravo. Para a elite portuguesa, o trabalho era considerado algo indigno. Diferente das colônias inglesas em que o trabalho foi considerado algo positivo e que a própria elite estimulava o labor entre seus próprios membros, aqui acontecia o inverso dessa cultura. O objetivo é refletir as características relativas ao tema trabalho, no processo de formação do Brasil Colonial, principalmente no Rio de Janeiro que então era a capital do Brasil, por servirem como referência de análise.

Vale salientar que se tinha no Brasil Colônia diversas formas de trabalhos escravos e que houve dois espaços de atuação desse escravo: o trabalho no campo e na cidade. Muitos autores defendem a idéia de que o trabalho urbano era superior ao campo, devido às condições de “certa liberdade” que o trabalho na cidade proporcionava em relação ao trabalho rural. Roberto Guedes Ferreira aborda o desgoverno senhorial dos escravos no Rio de Janeiro, com base em autores contemporâneos aos acontecimentos, e tece comentários e informações a respeito do tema. Há registros de contemporâneos à escravidão no Brasil que revelam suas impressões e opiniões acerca do assunto. Sem dúvida, esta é uma fonte importante para a análise historiográfica.

Entre tais registros há o diário de Maria Graham, uma espécie de governanta da família imperial brasileira, que registrou informações e opiniões a respeito do tema, afirmando que no Rio de Janeiro “os negros tantos quantos escravos (...), [lembram] aos outros aqui o menos possível a triste condição servil (...)” (GRAHAM Apud FERREIRA, 2005, p.231). A impressão que se tem é a de uma condição melhor para o trabalho urbano ao comparar as características escravistas do espaço rural e urbano colonial/imperial. Assim, Graham destaca que apesar de ser um trabalho escravo, as condições urbanas eram mais favoráveis.

Corroborando com este pensamento, Thomas Ewbank destaca a disponibilidade de se encontrar os negros na capital do império:

Escravos de ambos os sexos apregoam suas mercadorias em todas as ruas (...), passam continuamente pelas portas das casas. Se o cozinheiro precisa de uma caçarola, logo se ouve o pregão de um vendedor de artigos de metal. Uma talha d’água se quebra, e meia hora depois se aproxima o vendedor de moringas. Se alguém quiser acrescentar à sua mesa e a seus talheres, novo jogo de facas, copos, garrafas, pratos e talvez um galheteiro, e mais artigos de prata, não terá de esperar muito. Se adiante de sua porta ainda não passaram as caixas contendo artigos de cutelaria, peças de vidro, porcelana e prata, aparecerão sem demora (...) sapatos, bonés enfeitados (...) tais coisas e milhares de outras são, diariamente, apregoadas pelas ruas. (EWBANK Apud FERREIRA, 2005, p. 235)

Nas palavras de Ewbank, havia uma maior facilidade de se encontrar negros vendendo objetos nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Neste mesmo período, início do séc. XIX, o Rio de Janeiro tinha um grande fluxo de negros e parafraseando Ferreira havia uma grande quantidade deles, fossem livres ou fossem escravos. Pode-se inferir que este também concorda que na escravidão urbana houvesse maiores vantagens para os cativos, pois eles estavam em todos os lugares fazendo um serviço que não exigia tanto esforço físico.

Por isso os registros escritos são importantes. Contudo, há fontes que, se bem trabalhadas, constituem-se como um rico material historiográfico de análise. Sendo feitas as devidas críticas internas e externas, dentro do contexto e relacionando com a idéia de representação, temos a iconografia. Nesse bojo, dois grandes pintores do séc. XIX e que registraram em suas telas o cotidiano no Brasil, cenas de trabalhos e paisagens naturais são analisados neste trabalho, a saber: Debret e Rugendas. Tais obras iconográficas oferecem uma dimensão e compreensão do que pensavam tais pintores e que ainda vai além da imagem estereotipada do negro como ser inferior e sem cultura, sofrido e escravizado, colocando o negro do Brasil como um elemento importante na cultura e indispensável para compreender o Brasil Colonial, sendo um sujeito participante da formação da história brasileira.

Muitas vezes a imagem do negro está associada à questão da escravidão e do preconceito. O objetivo não é o de heroicizar o negro e nem de valorizar o trabalho na

cidade em detrimento do trabalho do campo, mas de refletir, com base no registro das fontes, peculiaridades e características do trabalho escravo urbano, destacando o negro como um agente da cultura brasileira.

Rugendas, ao analisar o trabalho escravo do campo e da cidade, acreditava que o trabalho na cidade era categoricamente melhor que o do campo:

Vamos mostrar agora, qual sua posição e modo de vida na cidade, pois vários aspectos, existem diferenças muito marcadas (...) **Gozam em geral de muita liberdade (...) pois têm o dia inteiro disponível para tratar de seus negócios**, bastando-se recolherem-se a noite; seus senhores só se preocupam com eles na medida em que se faz necessária a cobrança hebdomadária. (RUGENDAS apud FERREIRA, 2005,p.232) Grifo nosso

O pintor ressalta a questão da liberdade como fator positivo na condição de escravo urbano. Esse é um ponto de vista do autor a partir das suas impressões sobre o trabalho, refletido na maneira de registrar por meio das pinturas. Em sua tela “Capoeira”, embora não se tratando de uma atividade laborial, Rugendas retrata uma atividade que independe da localização que é a capoeira, sendo realizada na cidade. Assim, demonstra a idéia de que tal atividade na cidade tinha liberdade em relação o campo. Ainda sobre esta tela, percebe-se uma conotação de uma interatividade em que os negros agiam com base em sua cultura e também as características de manifestações de alegria, diferentemente de outras impressões que documentos escritos e até outras telas transmitem: o trabalho escravo e a apatia e tristeza do negro.

Outro viajante do Brasil do séc. XIX, Jean Baptiste Debret mostrou em suas telas características desse trabalho. São inúmeras aquarelas que demonstram o trabalho sob diversas perspectivas. Na aquarela “Sapataria”, Debret registra a cena de escravos trabalhando para um homem livre, e os escravos sofrendo punições por eventuais “erros” que o negro cometia.

A tela “O feitor castigando o escravo” em que o artista retratou um feitor batendo em um negro que está amarrado num tronco em praça pública, revela a humilhação e o sofrimento dos negros. Por outro lado, há várias imagens em que os negros trabalham na cidade, sem correntes, sem feitores, vendendo e comercializando animais e objetos. Há também o quadro “Negras Livres vivendo de suas atividades” em que se pode observar negras forras vivendo a partir do comércio de frutas e grãos.

Ainda em relação ao comércio de escravos na cidade, as duas telas de maiores expressividades “Mercado de Negros” de Rugendas e “Mercado da Rua do Valongo” de Debret, mostram especificidades do “comércio de gente” na cidade. Assim, torna-se relativo à questão da melhor qualidade de trabalho para o negro na cidade. É preciso analisar atentamente e perceber que os casos são bastante específicos. Além disso, é preciso considerar a subjetividade, formação e objetivo que cada pintor tinha a realizar no Brasil.

Em relação à dinâmica da cidade, a polícia detinha uma enorme influência e teve um enorme contato com os escravos urbanos. A criação da polícia vinha a atender uma necessidade das cidades brasileiras adequarem-se ao modo de vida das cidades européias. Por isso deve-se entender tal instituição como

(...) ligada ao tratamento decente, ao decoro, à urbanidade dos cidadãos (daqueles que moram na cidade) no falar, nas boas maneiras, na cortesia, no polimento; tinha em vista as comodidades: a limpeza, a iluminação, o abastecimento (de águas e de alimentos). Por fim, destacavam-se as atividades relacionadas às atividades relacionadas à segurança e à vigilância. (COTTA, 2006, p. 65)

Diferente da compreensão que se tem atualmente da polícia hoje, responsável apenas para trabalhar com a segurança da cidade, a polícia do período imperial era responsável por cuidar do andamento das cidades de uma maneira global, no sentido da sua organização e administração. Encontram-se algumas imagens em que a polícia é responsável pela vigilância dos escravos. Ressalte-se que tais policiais não mantinham uma postura rígida perante os escravos. Em algumas situações encontradas nas telas, os agentes estão descansando ou mesmo conversando com os escravos. Tal atitude de “tolerância” estimulou diversos escravos a denunciarem seus donos com base em maus-tratos e opressões. Há autores que citam o chamado “desgoverno senhorial” para explicar a “organização dos negros” para que não houvesse abuso por parte de seus senhores. Para isso, a polícia seguia uma legislação em que em alguns casos beneficiou escravos, em outros casos não. Para tanto eles utilizavam, os termos de bem-viver.

(...) os “termos de bem-viver” eram instrumentos utilizados na época pelo poder público, no caso em questão, pela polícia em que uma série de determinações eram criadas a fim de orientar e/ou repreender condutas cotidianas, que envolvem relações inter e intrafamiliares, conjugais, vicinais, de concubinato, atinentes a maus-tratos, jogos, mobilidade espacial, etc. Ainda que quase sempre sejam imprecisos, os motivos das queixas feitas pelos suplicantes e os das ofensas pelos suplicados, as repreensões da polícia eram seguidas de ameaças de punições, tais como degredo, despejos, indenizações, etc. Dessa maneira, os termos de bem viver aludem ao convívio cotidiano entre senhores e escravos, onde aparecem conflitos e tensões. (FERREIRA, 2005, p. 250)

Dessa maneira, ao se sentirem prejudicados, os escravos recorriam à polícia, que utilizava os termos de bem-viver para tentar solucionar situações inusitadas. A polícia tinha um papel importante na vida social e organizacional da cidade com base na orientação e resolução dos problemas sociais.

Por muito tempo, o negro foi desvalorizado e a historiografia tradicional o deixou com um papel secundário. No Brasil, durante séculos foi priorizada a história branca como referência para todas as etnias. Entretanto, pesquisas e debates recentes apontam para uma abordagem mais abrangente e que inclua a perspectiva de se trabalhar a memória, as expectativas, o mercado de trabalho negro com base na sua inserção sobre a constituição e formação do país. Os intensos debates e as pesquisas foram responsáveis pela “revisão” historiográfica no Brasil. Ressalte-se a importância do negro enquanto sujeito da história, como atuante, sendo uma parcela da sociedade.

Além disso, refletir acerca do ensino de história, como campo formador do indivíduo, uma área de disputas e embates sobre o que deve ser ensinado, é uma tarefa de todos os professores de história incitar a discussão sobre a valorização de cada povo, com sua cultura, pois desta maneira colabora-se com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COTTA, Francis Albert. Polícia para quem precisa. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 14, ano 2, p. 68, nov. 2006.

FERREIRA, Roberto Guedes. Autonomia escrava e (des) governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. In.: FLORENTINO, Manolo (Org.) **Tráfico, Cativo e Liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 417p. p.230 – 283.

MOURA, Ana Maria do Nascimento. **Combates pelo ensino de História e a Formação do cidadão**: o processo de produção da Lei 10.639/03. Monografia (Bacharelado em História) Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: SABIN, v.28, ano 3, jan.2008. Mensal.